

Identidade negra e o contexto social em conflito

Michele da Silva Romero¹

Eliane Fraga da Silveira²

Dóris Cristina Gedrat³

Resumo

Muitos são os fatores que contribuem para a construção da identidade de um indivíduo. O objetivo nesta pesquisa é refletir sobre os fatores que podem ou não colaborar com a formação da identidade étnica negra em mulheres negras. O estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa de literatura, que usa, para as análises, referencial teórico de autores que discutem o processo de construção da identidade negra e questões com temática racial. Foram analisados os resultados de textos selecionados a partir das buscas nas bases de dados BVS, Periódicos CAPES, LILACS, SCIELO. Os resultados apontam que existem fatores e condições que possibilitam a construção de uma identidade negra em mulheres negras, mas também apresentam elementos do contexto social que dificultam a possibilidade de construção desta identidade.

Palavras chave: Mulheres negras; Racismo; Grupo étnico;

Abstract:

There are many factors that contribute to the construction of an individual's identity. The objective of this research is to reflect on the factors that may or may not contribute to the formation of Black ethnic identity in Black women. The study is characterized as a narrative review of literature, which uses, for the analyzes, the theoretical framework of authors who discuss the process of construction of Black identity and other issues involving this theme. The results of the texts selected from searches in the VHL, CAPES, LILACS, SCIELO data bases were analyzed. The results show that there are factors and conditions that make it possible to build a Black identity in Black women, but also present elements of the social context that hinder the possibility of building this identity.

Keywords: Black women; Racism; Ethnicgroup;

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). E-mail: mimidsr@gmail.com

² docente do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)

³ Discente do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)

Introdução

Muitas são as teorias que abordam o tema mulheres negras e as relações com suas identidades. Neste cenário, o presente estudo pretende investigar como se dá a formação da identidade negra a partir das vivências dessas mulheres nos estudos selecionados, assim como também toda a realidade histórica que circunda este grupo étnico. É fato que as relações raciais ainda são, nos dias de hoje, envolvidas por episódios de racismo e por todos os estigmas criados sobre a imagem da mulher negra.

O presente artigo tem como objetivo apresentar os fatores que contribuem ou não para a construção de uma identidade negra em mulheres negras. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, onde foram realizados levantamentos de artigos e outras publicações que contribuíram com a temática no período entre 2016 e 2021. Esta revisão baseou-se em publicações que discutem e desenvolvem o tema mulheres negras e percepção da identidade étnica negra em textos (eletrônicos e/ou impressos), tendo em vista a interpretação e análise dos autores.

A organização do trabalho traz na primeira parte elementos conceituais e históricos sobre raça, democracia racial, mulheres negras e identidade negra. Na segunda parte do trabalho, são apresentadas as reflexões e resultados dos textos encontrados à luz das percepções dos autores que abordam a temática.

Raça, “democracia racial” e mulheres negras

Para Luz (2008), uma perspectiva ideológica de raça, funcional na problemática da discriminação, inviabiliza a possibilidade de se perceber o continente africano como formador de civilizações milenares que alimentou as culturas da Afro-América. “Atribui-se a alguns aspectos superficiais das diferenças físicas humanas todo aspecto da real diferença característica da humanidade que são seus variados fluxos civilizatórios” (LUZ, 2008, p. 20).

Guimarães (2008) nos traz que o termo “democracia racial” passa a sintetizar uma certa gama de significados. Nela, raças não existem e a cor é um

acidente, algo totalmente natural, e não importante, pois o que prevalece é o Brasil como nação, um país em que praticamente não existiriam etnias. Porém, os mesmos autores reforçam que, a partir de 1978, surge o Movimento Negro Unificado (MNU), que passa a criticar a “democracia racial” e denunciá-la como mito. O MNU busca então introduzir a ideia de raça, reivindicando a origem africana para identificar os negros. Passando a se falar de antepassados, de ancestrais, aqueles que não cultivam essa origem africana seriam alienados, sendo assim não saberiam do seu valor por desconhecer suas origens e viveriam o mito da democracia racial, que encobre o racismo da sociedade brasileira.

Sueli Carneiro (2008, p. 02) retoma o conceito de raça na dimensão ideológica e ao mesmo tempo traz a necessidade da discussão sobre raça para formação de políticas públicas aos excluídos:

O conceito de raça se instituiu para justificar a dominação, a escravidão e a exploração de um grupo racial sobre outro. Hoje, a negação da realidade social da “raça” e da necessidade que dela decorre de focalizar as políticas públicas nos segmentos historicamente discriminados se presta à perpetuação da exclusão e dos privilégios que a ideologia que o sustenta produziu e reproduz cotidianamente.

Queiroz (2019) confirma que se nega o racismo na sociedade brasileira dizendo que vivemos em um país de democracia racial. Essa negação só reafirma a existência do mesmo, mantendo e alimentando a negação e invisibilidade do negro. O racismo e a desigualdade racial existem, basta recorrer aos dados estatísticos para localizar a posição do negro na sociedade brasileira.

Carneiro (2008) afirma que a negação das diferenças raciais produziu desigualdades, encobriu e auferiu benefícios aos brancos. Alguns desses seriam a principal fonte da acumulação primitiva de capital do país e da construção da riqueza das elites que se revezam no poder, a partir da escravização dos negros. Como exemplo, Carneiro aponta a não implementação de qualquer política de integração social, após abolição da massa escrava “liberta” como um dos motivos dos privilégios brancos. E a absoluta impunidade de atitudes racistas e discriminatórias em nossa sociedade, em especial no mercado de trabalho, onde é assegurado o acesso privilegiado dos brancos aos

postos de maior prestígio e remuneração. A desqualificação estética dos negros, em especial das mulheres negras, entre outros, contribuem para a manutenção de regalias.

A desqualificação não só é expressa na estética, mas em muitas esferas da vida social de pessoas negras. É histórico o desfavorecimento da população negra nas diferentes esferas, como educação, mercado de trabalho e em rendimentos médios. Observou-se, ao longo da história, que os corpos negros são controlados, aviltados, depreciados e alvos de violências. Contudo desenvolvem formas de contestação e resistência (SANTOS, 2018).

As mulheres negras, por sua vez, seriam os sujeitos subjugados e permanentemente necessitam criar práticas de resistência dentro dessa sociedade que deseja invisibilizar indivíduos negros. Ribeiro (2017) nos traz na fala de Grada Kilomba que nas discussões, “as mulheres negras ocupam espaço crítico e deturpado da realidade, pois em um debate sobre o racismo o sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde ‘raça’ não tem lugar”(RIBEIRO, 2017, p. 23).

As discussões acontecem de um lado por raça (negro) e de outro por gênero (mulheres), sem o espaço para discutir mulheres negras que representariam a união de ambas. As lutas ainda ocorrem de formas distintas, sem levar em conta um processo interseccional, as mulheres negras permanecem invisíveis ao cenário social, político nacional e mundial.

Historicamente, no Brasil, a mulher negra sempre foi deixada à condição de serviçal, “como um indivíduo ligado ao trabalho doméstico (amas de leite, cozinheiras da casa-grande, empregadas domésticas) ou ainda com uma forte conotação sexual (mulheres negras obrigadas a satisfazer os prazeres sexuais de seus senhores, as “Mulatas do Sargentele”, a Globeleza)” (CARVALHO, 2015, p. 20).

A mulher negra estaria na base da pirâmide social, onde o homem branco estaria no topo pela branquitude e masculinidade, logo abaixo estaria a mulher branca pelo privilégio racial, e, após, o homem negro que, mesmo sem o privilégio da cor, consegue imposição a partir de sua masculinidade Crenshaw (2002). Ser mulher no Brasil é um fardo pesado, porém se for negra essa carga

se torna maior, pois o racismo presente desde sempre no Brasil divide as mulheres pelo seu pertencimento ético e pela cor da pele.

Conforme relata Carvalho (2015, p. 21), “as mulheres negras enquanto trabalhadoras recebem salários mais baixos em relação às mulheres brancas, os índices de escolarização da mulher negra é menor com relação às mulheres não negras”. Isso é reforçado na reportagem de Mendonça (2019), no jornal *El país*, que apresenta parte da pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça” de 2019, onde aponta que as mulheres pretas ou pardas continuam na base da desigualdade de renda no Brasil. No ano anterior, elas receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%), eles ocupam o topo da escala de remuneração no país. Atrás deles, estão as mulheres brancas, que possuem rendimentos superiores não apenas aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens pretos ou pardos.

Como já abordado, a mulher negra se encontra em último lugar na escala social, carregando a sobrecarga deste sistema injusto e racista existente no país. “O processo histórico de subordinação das mulheres negras firmou as bases da sociedade brasileira, seja enquanto trabalhadora escravizada, seja enquanto objeto de dominação masculina” (RAUL, 2016, p. 04).

A estética negra sempre esteve ligada à negatividade (e ainda se mantém), ou seja, os traços negroides, como cor da pele, tipo de cabelo são desvalorizados e desassociados ao padrão de beleza. O padrão considerado beleza máxima é o padrão europeu, onde as características de beleza são sempre atribuídas a indivíduos que possuam cabelo liso e pele clara. Em uma perspectiva colonizadora, a imagem da mulher negra está ligada à sensualidade e associada a uma submissão para saciar desejos do colonizador branco (CARVALHO, 2015).

A mídia, a literatura, os meios de comunicação e as relações de poder sempre se preocuparam em formar uma representação negativa da mulher negra e criar estereótipos para o grupo. A criação do MNU foi importante para a coalizão da comunidade negra e para assim abranger em nível nacional as demandas da população. Porém, com o passar dos anos, observou-se que havia omissão em pautas relacionadas a mulheres negras, o que levou a um

desligamento de mulheres negras intelectuais ativistas como Lélia Gonzales (Grace, 2018). Levando assim à construção de coletivos de mulheres negras no interior do Movimento Negro.

Grace (2018, p. 05) reforça “[...] que um dos motivos norteadores para formação de núcleos coletivos de mulheres negras no interior do MNU na década de 1970 teve como decorrência comportamentos machistas e sexistas dos militantes do sexo masculino”. Ao mesmo tempo que ocorre uma separação de pautas do MNUe as mulheres negras, ocorre uma reflexão por parte dessas mulheres acerca da atuação do feminismo hegemônico que não trazia para as suas pautas a discussão sobre raça, não trazendo ao debate pautas vivenciadas por mulheres negras. Daí a necessidade de enegrecer o movimento feminista no Brasil. Conforme explica CARNEIRO (2003, p. 4):

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras.

Com a formação de núcleos de mulheres negras oriundos do MN, movimento de mulheres negras, a formação do feminismo negro, mais a da atuação e militância dessas mulheres, foi possível a construção de uma identidade negra positiva, na busca de uma autoafirmação e visibilidade ao grupo.

Identidade negra

O Brasil foi um país que desenvolveu uma necessidade de branqueamento. Tendo em vista a herança do tráfico negreiro e por

consequência a escravidão, que aos olhos dos governantes pós-abolição considerava o país com excesso de negros, considerou-se assim branqueá-lo, dando início ao processo de imigração.

A máxima do branqueamento faz com que as pessoas negras tenham dificuldade em enxergar-se como negras. Munanga (2004, p. 02) confirma:

[...] questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência.

Tomar posse dessa consciência de negritude perpassa por processos de desconstrução, ancorados em referenciais presentes no conjunto da cultura brasileira sobre o ser negro/a, e buscar nas dimensões pessoal e histórico-cultural a percepção do seu grupo de pertença (COSTA; DI GREGORIO, 2018). “O negro faz-se humano com a negritude e com a consciência negra, que constituem a reação intelectual e política contra as condições lhe impostas pelo racismo” (ALMEIDA, 2018, p. 60). Conforme propõem os movimentos negros contemporâneos, ocorre a construção de uma unidade, uma identidade dos excluídos resgata a cultura, o passado histórico negado e falsificado, a consciência da participação positiva na construção do Brasil, da cor de sua pele inferiorizada, etc. Ocasionalmente assim a recuperação da negritude na sua complexidade biológica, cultural e ontológica (MUNANGA, 1999).

Nessa perspectiva, ocorre um movimento em que as pessoas negras assumem a estética afro, seja nos cabelos, nas vestimentas, na música e na religião buscando afirmação da sua identidade. Buscando, no entanto, ressignificar os processos de racialização (VIANA; BELMIRO, 2019), na busca de assumir uma identidade negra positiva construída a partir de valores positivos.

Em muitos momentos deste artigo poderá ser observada a referência à identidade negra como identidade étnica ou identidade étnico-racial, pois o objetivo é acompanhar a forma como os autores dos estudos selecionados se referem à identidade negra em seus estudos. Retomando que a identidade negra inclui um grupo étnico, sendo um exemplo de identidade étnica, identidade étnica

seria onde os membros de uma etnia identificam-se entre si ou são identificados pelos outros (BARTH, 1984). Em muitos momentos aparecerá o termo “identidade étnico-racial”, em função do uso nos estudos mesmo que muitos autores preferiram usar o termo “identidade negra, por entender ser mais próximo dos processos sociais, políticos e culturais vivenciados historicamente pelos negros e negras na sociedade brasileira” (GOMES, 2002, p. 01).

Percurso metodológico

A partir da questão norteadora “Quais são os fatores favoráveis e desfavoráveis à construção da identidade negra em mulheres negras no Brasil?”, produziu-se um estudo de revisão narrativa de literatura, que por sua vez trata-se de um tipo de texto que reúne e discute informações produzidas na área de estudo. De uma forma geral, como relata Noronha e Ferreira (2000, p. 191), os trabalhos de revisão “analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da-arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada”.

Este trabalho foi elaborado a partir de uma revisão da literatura nas bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Periódicos CAPES, LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências de Saúde), PEPSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Os descritores utilizados foram “identidade” e “mulheres negras”. Foram critérios de exclusão: textos publicados antes de 2016 e que não apresentassem elementos favoráveis ou desfavoráveis para formação da identidade negra na(s) participante(s) das pesquisas. O período de busca ocorreu entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021.

Somando-se todas as bases de dados, foram encontrados 149 artigos. Após a leitura dos títulos dos artigos, notou-se que alguns deles se repetiam nas diferentes bases e outros não preenchiam os critérios deste estudo. Foram selecionados 40 artigos para a leitura do resumo e excluídos os que não diziam

respeito ao propósito do estudo. Após a leitura dos resumos, foram selecionados 14 artigos que preenchiam os critérios inicialmente propostos e que foram lidos na íntegra. Na seleção final, foram excluídos os que não traziam os elementos necessários para a temática de estudo, restando cinco artigos que foram lidos à exaustão a partir de uma análise crítica e que assim contribuíram para análise e discussão dos resultados. Importante ressaltar que os estudos selecionados apresentavam como metodologia a pesquisa qualitativa

Resultados e discussão

Após a busca nas bases de dados dentro do período informado, foram selecionados cinco artigos que trazem no contexto da investigação da pesquisa a temática identidade negra e/ou identidade étnico-racial. No quadro 1, apresenta-se a caracterização dos estudos quanto aos títulos, autores, objetivos e resultados relevantes no período que compreende os anos de 2016 a 2021. As discussões dos resultados ocorreram com embasamento em autores e literaturas que abordam questões raciais e processos de produção da identidade étnica negra.

TÍTULO	ANO	AUTORES	OBJETIVOS	RESULTADOS RELEVANTES
Identities in transition: Narratives of black women on hair, techniques of whitening and racism	2019	Aryanne Pereira de Oliveira e Oliveira, Amanda Rocha Mattos	Analisar as narrativas de mulheres negras sobre seus cabelos, nos cuidados e apresentação dos mesmos, que trazem suas experiências e reflexões sobre como essas (trans)formaram suas identidades.	O uso de plataformas digitais no processo de ressignificação de identidades; o processo de branqueamento iniciado na infância; o espaço escolar como ambiente de conflito e discriminações; a importância da representatividade positiva da negritude que colaborem com vivências e experiências de mulheres negras.
O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras.	2020	Tafnes Varela Martins, Tiago Jessé Souza de Lima, Walberto Silva Santos	Avaliar o efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. Especificamente, foram avaliadas a influência das variáveis identidade e autoestima na relação entre a frequência das microagressões raciais de gênero e a saúde mental.	A identificação como mulher negra apresentam menores níveis de saúde mental; as evidências empíricas do efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras.
A corporeidade “das pretas”: identidade e consumo nas estratégias políticas de empoderamento em um coletivo de mulheres negras na cidade de Vitória	2018	Gustavo Marchetti Carneiro, Ivan Marcelo Gomes	Interpretar os modos de subjetivação e formação deste coletivo a partir das relações entre corpo, consumo e identidades políticas.	As comunidades virtuais de empoderamento reforça na juventude negra a afirmação identitária; o caráter formativo do coletivo aponta para processo de uma relação afetiva com consigo, com o corpo e também com o fortalecimento econômico de outras mulheres negras; a referência à ancestralidade que se

				manifesta na busca por autoestima das mulheres negras.
Menina Mulher Negra: Construção de identidade e o conflito diante de uma sociedade que não a representa	2018	Cleber Lázaro Julião Costa, RoselitaGesser	Tem como propósito fazer a leitura e a reflexão acerca da construção de identidade étnico-racial da menina mulher negra no contexto escolar, marcado pelo período da adolescência.	A falta de representatividade positiva para as meninas mulheres negras na adolescência e na idade adulta; o processo de autoafirmação étnico-racial torna-se imperioso baseado valores e significados positivos; o núcleo familiar é determinante para um posicionamento autoafirmado da identidade étnico-racial.
Subjetividade e interseccionalidade: experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme	2017	Eliana Costa Xavier, Kátia Bones Rocha	Conhecer e analisar a história de mulheres negras com doença falciforme, e compreender como a subjetividade destas é construída e confrontada a partir dos sentidos subjetivos associados aos marcadores de gênero, raça e classe social.	As mulheres negras percebem a sua doença como condição de saúde e ao mesmo tempo a consciência pertencimento racial; o entendimento que a DF está ligada a ancestralidade

Quadro1-Artigos das pesquisas selecionados na base de dados.

Sobre a formação das identidades a partir do uso de plataformas digitais e mídias sociais, os autores Oliveira e Mattos (2019) e Carneiro e Gomes (2018) apontam que essas ferramentas reforçam e colaboram para a afirmação da identidade negra, ambos confirmam que isso ocorre principalmente entre as mais jovens, sendo um fator favorável na construção dessa identidade dentre mulheres negras. Francklin (2017) traz que as mídias sociais digitais seriam um canal alternativo que visa pluralizar as representações dos negros a partir da geração e distribuição de narrativas de si mesmo, sem a representação descrita pelo outro. Como exemplo, “no Facebook, encontram-se diversas páginas voltadas para a promoção da representação dos negros, para a afirmação da identidade negra e de luta contra o racismo” (FRANCKLIN, 2017, p. 81). Podem-se citar páginas como “Negra ativa”, “Preta e Acadêmica”, “Cacheadas em transição”, que têm perfil no Instagram e Facebook, dentre muitas outras. Têm-se também blogs como “Blogueiras Negras” e “Alma Preta”, entre outros. É importante ressaltar que o acesso à informação e aos meios de comunicação digital não estão disponíveis para todos, devido à limitação econômica e social de uma parcela da população que não tem acesso à internet. Sendo assim, essa parcela permanece excluída da possibilidade de construir qualquer relação com suas identidades por meio de ferramentas digitais.

Um outro fator que contribui para a construção e formação de uma identidade étnica, no caso deste estudo a identidade negra, diz respeito à representação positiva, conforme aborda Oliveira e Mattos (2019). O acesso à informação acerca de história e a importante representatividade positiva de imagens diversas de negritude acabam por colaborar com a maneira como mulheres negras vivem experiências a partir de seus cabelos e constroem a sua identidade racial. Munanga (2012, p. 05) expõe que “essencial é reencontrar o fio condutor da verdadeira história do Negro que o liga à África sem distorções e falsificações. A consciência histórica, [...], constitui uma relação de segurança mais sólida para cada povo”.

Costa e Gesser (2018) afirmam que, para além da problemática que envolve gênero, desde muito cedo mulheres negras assimilam sua condição de não valorizadas e sem representação social, ou mesmo tendo sua imagem ligada a uma representação negativa. Sendo assim os autores reforçam a necessidade da autoafirmação étnico-racial como forma de poder encarar as adversidades, com condições de dialogar exitosamente com a realidade desfavorável, ou, ao menos, amortecer os impactos e prejuízos sociais, psíquicos e biológicos. Esses autores corroboram que a autoafirmação se dá a partir do que eles chamam de metamorfose pessoal, onde a pessoa negra abandona velhos conceitos, ao mesmo tempo que desenvolve uma nova construção pessoal referenciada em valores étnico-raciais de matrizes africanas. Desenvolvendo assim a construção de identidade étnico-racial com um mergulho no mundo da negritude, buscando por meio de grupos, festas, roupas e estilos valores fortemente ligados à cultura africana.

Essa afirmação de negritude vem da necessidade da busca por humanização apagada pela representação negra negativa. E, na tentativa de ressignificar o processo de racionalização, formam-se “movimentos nos quais pessoas negras assumem a estética afro, seja nos cabelos, nas vestimentas, na música e na religião como forma de afirmar sua identidade [...]”(VIANA; BELMIRO, 2019, p. 10), edificada assim por valores étnico-raciais positivos. Nessa perspectiva, Carneiro e Gomes (2018) expõem que a busca é por tornar corpos negros visíveis e fazer com que haja uma reconfiguração, onde esses

corpos tornem-se sua própria referência. E a representatividade (visibilidade/protagonismo) opere fortalecendo representados (nos produtos, modelos e personalidades de destaque na sociedade), sentindo-se motivados a empreender e acreditar em si e em outros negros. Sueli Carneiro (2003) já trazia que a comunicação deveria ser tratada como um meio de empoderamento para garantia de uma representação positiva bem como para visibilização do processo de mobilização e de lutas. E que as mulheres negras deveriam atuar não somente no sentido de mudar a lógica da representação dos meios de comunicação, mas também capacitar suas lideranças para o tratamento com novas tecnologias de informação.

Carneiro e Gomes (2018) verificaram em sua pesquisa que no “coletivo” (local de estudo) a referência à ancestralidade se dá na busca por autoestima, dando visibilidade à negação de direitos e preconceitos relacionados às características físicas do povo negro. E essa elevação da autoestima colabora para que as mulheres negras que participam do coletivo sintam-se aptas a exercer seu lugar na sociedade e nas suas habilidades como empreendedoras. Isso é confirmado por Mattos e Silva, quanto à construção da consciência negra:

Ao se assumirem como são essas mulheres estão dizendo para a sociedade que as rejeita, que elas não aceitarão mais essa imposição de um único padrão estético, elas estão buscando conhecer sua história e suas origens e irão enfrentar o preconceito étnico de cabeça erguida, por que agora, elas sabem quem são, e estão seguras de si. É a reconstrução da autoestima pautada na real história e cultura dos povos africanos. (MATTOS; SILVA, 2014, p. 12)

A autoestima é um fator favorável e determinante para a formação da identidade étnica negra. Esta quando ausente pode ocasionar baixos índices de saúde mental em pessoas negras, quando no indivíduo só existir o sentimento de pertença racial, reforçado pelo que impõe o “outro” a partir de um ponto de vista racista causador de distorções negativas da autoimagem e da autoestima.

Nesse sentido, Costa e Gesser (2018) apresentam o núcleo familiar como um dos fatores determinantes para um posicionamento autoafirmado, com relação à identidade étnico-racial da pessoa negra. No estudo, é percebido que a mãe da protagonista (mulher negra) apresenta uma postura autoconfiante,

precedida de autoestima e, ao contar história familiar e aconselhar a filha (menina negra), faz com que a protagonista encontre a identificação subjetiva positiva para a autoafirmação e autoestima, fortalecendo-a assim para o enfrentamento do preconceito e da discriminação racial.

O preconceito e a discriminação racial são fruto do racismo existente no contexto social brasileiro, que é acobertado pelo mito da democracia racial, que como mito implementa uma cultura de mestiçagem e embranquecimento.

Deste modo, cai-se na ideologia do branqueamento, na qual a mestiçagem seria fator preponderante para uma identidade nacional, para acabar com o elemento negro, numa política racista que nada tem a ver com democracia racial. (MIZAEL; GONÇALVES, 2015, p. 15)

Essa cultura do branqueamento seria um fator que não contribui para a construção de uma identidade étnica negra. Carneiro e Gomes (2018) afirmam que as pressões vivenciadas na constituição da subjetividade do negro e da negra marcam profundamente tendo em vista a construção identitária que toma como referência o branco. Dessa forma, no racismo, na procura pelo embranquecimento e na busca incansável do padrão de beleza, forçam-se rituais de embelezamento que objetivam converter o corpo negro no corpo branco. As mulheres negras seriam vítimas potenciais nesta busca pelo padrão eurocêntrico. Pois, conforme expõem Oliveira e Mattos (2019), o processo de embranquecimento das mulheres negras se inicia na infância, já com a experiência de sofrimento em relação aos seus cabelos. “A cultura do embranquecimento foi uma ferramenta expressiva no genocídio da estética negra, e as mulheres negras foram as principais atingidas, pois são as que mais sofreram e vêm sofrendo com seus corpos, por causa do racismo” (QUEIROZ, 2019, p. 05).

O conflito quanto ao pertencimento racial se inicia na infância, conforme Costa e Gesser (2018). Ao analisar a trajetória da protagonista no estudo, concluem que a escola, que deveria ser um local para desenvolver a autoestima e a autoafirmação das crianças indistintamente, com a pluralidade cabida ao povo brasileiro, contribuindo para uma construção de identidades e valores

positivos, não cumpre tal missão. Pelo contrário, reproduz e realimenta preconceitos e discriminações amparados pelos professores que também não são preparados, na formação, para a prática da transformação. Sendo assim, o que fazem é reproduzir automaticamente o comportamento da sociedade.

Oliveira e Mattos (2019) apontam que existe no espaço escolar conflito e discriminações entre estudantes e nas relações de ensino-aprendizagem, tendo os professores como legitimadores dos discursos. De forma profunda e crítica, Carneiro (2014) fundamenta o que acontece no sistema educacional brasileiro:

Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar [...] (CARNEIRO, 2014, p. 01).

Na tentativa de que a educação brasileira e o espaço escolar obtenham ferramentas para construção de uma identidade negra positiva, Munanga (2012) aborda a necessidade de apresentar as contribuições culturais positivamente, apresentar as contribuições culturais dos africanos que fazem parte do cotidiano de todos os brasileiros, como: culinária, artes musicais, visuais, religiões populares, etc. Por isso a importância da Lei Federal 10.639/3, exigindo que a cultura negra no Brasil seja ensinada na escola de maneira positiva e que esses ensinamentos subsidiem qualitativamente o processo de identidade do estudante.

Nos estudos de Martins, Lima e Santos (2020) é apresentado o impacto das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras e testa-se a identidade social e a autoestima como moderadoras dessa relação. O estudo define microagressões raciais como insultos verbais ou comportamentais, intencionais ou não, que comunicam ofensas raciais a uma

pessoa ou a um grupo. Com um recorte interseccional, tendo mulheres negras como as participantes, os autores dentre as conclusões apontam para um efeito negativo da discriminação racial na autoestima das mulheres negras quando expostas com maior frequência à discriminação racial de gênero, tendendo assim a interiorizar as qualificações de desvalorização socialmente imposta. Um outro resultado do estudo apresenta que em participantes com baixa identidade social (corresponde a aspectos individuais, consciência de pertença a um grupo social e valor e significado emocional dessa pertença), as microagressões não causam efeitos significativos na saúde mental, esses efeitos ocorrem somente entre as que apresentam maior identidade. Fernandes e Souza (2016, p. 10) afirmam ser o “estigma que impede o negro de desenvolver um sentimento de pertencimento racial e, paralelamente, de construir a autoestima baseada numa identidade racial positiva”.

Xavier e Rocha (2017) buscam compreender as subjetividades construídas a partir de marcadores de gênero, raça e classe social em mulheres negras com Doença Falciforme (DF). Com os resultados, os autores destacam no estudo que, para além de todo o processo interseccional que afeta essas mulheres, a DF seria um elemento que as participantes percebem como condição de saúde que estreita os laços com suas condições de gênero e classe, bem como com o seu pertencimento racial. As experiências relatadas pelas participantes, inclusive no círculo familiar, apresentam o marcador de pertença racial e os sentimentos e significados da DF. Esses as ligam à ancestralidade negra, causando impactos significativos na vida das que convivem com a doença. O fato da DF ser oriunda do continente africano desvela sua ancestralidade e confronta com o passado de escravização e humilhação pelo qual os negros passaram.

Buscar as raízes da doença leva a descobrir-se pertencente a um grupo e perceber, pelas experiências vividas, que este não é socialmente aceito. Isso leva por muitas vezes a um sofrimento para além das consequências físicas da doença. A pertença racial as leva a passar por preconceitos e estigmas sociais, o que não favorece para uma conexão positiva com a identidade negra, já que “a identidade negra se constrói na resistência do povo negro contra toda e

qualquer forma de discriminação racial [...], consciente desse pertencimento racial” (MIZAEL; GONÇALVES, 2015, p. 04). E o sofrimento que se dá, dentre as portadoras de DF, é devido ao brasileiro achar, ainda nos dias de hoje, o que achava em tempos passados: “vergonhosa qualquer associação com sua ancestralidade negra, seja no âmbito cultural ou biológico” (CARDOSO, 2010, p. 12).

Para Lima (2008, p. 06), “As etnias negras no contexto brasileiro são demarcadas pelas raízes históricassócio-culturais e políticas que marcam a formação populacional brasileira no contexto do escravismo e pelas relações estabelecidas tanto nas suas ancestralidades distantes como nas vivências contemporâneas”. Entende-se que é preciso superar todas essas barreiras para a construção de uma identidade negra que acolha e torne os indivíduos dessa etnia conscientes e orgulhosos de sua pertença racial.

Considerações Finais

A partir da análise dos artigos selecionados, foi possível concluir que existem fatores, condições e elementos do contexto social que favorecem e que acabam por não favorecer a construção da identidade negra. Fica claro que a construção dessa identidade se dá, principalmente, em função de representatividade positiva, baseada em valores positivos da ancestralidade, da história do povo africano e sua herança cultural. Além disso, personalidades negras expressivas podem ser tomadas como referência no processo de consciência e identificação negras. Observa-se que a discriminação, os estigmas e os estereótipos que abarcam a população negra, principalmente as mulheres, não colaboram para a formação dessa identidade negra, e fazem com que os que têm sentimentos de pertença racial percebam situações discriminatórias, que só tendem a colaborar com a diminuição dos níveis de saúde mental e baixa autoestima.

É necessário que sejam realizadas propostas de ações sociais e políticas específicas voltadas para as mulheres negras, e para o povo negro, porque suas demandas são diferentes das do grupo social dominante e detentor do poder,

para o qual é formulada boa parte das políticas. Indivíduos negros necessitam de acompanhamento psicológico específico. Propõe-se aqui um acompanhamento a partir de uma “psicologia preta”, que existe nos Estados Unidos e poderia ser praticada no Brasil, pois oferece ferramentas, que mesmo em meio à violência do racismo, procura prover a saúde mental de indivíduos negros. Usar da tecnologia, representatividade positiva e apoio psicológico seriam elementos fundamentais para que a população negra alcançasse a plena negritude e identidade negra.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Rev. latino am. cienc. soc. niñez juv* [online]. Manizales, v. 8, n. 1: 607-630; 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2010000100028&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 4 fev. 2021.

CARNEIRO, Gustavo Marchetti; GOMES, Ivan Marcelo. A corporeidade “das pretas”: identidade e consumo nas estratégias políticas de empoderamento em um coletivo de mulheres negras na cidade de Vitória. *Revista Movimento*. Porto Alegre, v. 24, n. 4: 1063-1076, out./dez. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/75059/51795>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

CARNEIRO, Sueli. *Epistemicídio*. 04 set. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

CARNEIRO, Sueli. *Ideologia Tortuosa*. 18 ago. 2008. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/ideologia-tortuosa/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

CARNEIRO, Sueli; Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 17, n.49, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CARVALHO, Eliane Paula de. *A identidade da mulher negra através do cabelo*. 2015. 61f. Monografia (Especialização). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55903/R%20-%20E%20-%20ELIANE%20PAULA%20DE%20CARVALHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2010000100028&script=sci_abstract&lng=pt.> Acesso em: 10 fev. 2021.

LUZ, Marco Aurélio. *Cultura negra em tempos pós-modernos* [online]. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2008. 181 p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/39h/pdf/luz-9788523205317.pdf>>. Acesso em: 22 de mar. 2021.

MARTINS, Varela Martins; LIMA, Tiago Jessé Souza de Tiago Jessé Souza de; SANTOS, Walberto Silva. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 7: 2793-2802, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000702793>. Acesso em: 15 mar. 2021

MENDONÇA, Heloísa; Mulheres negras recebem menos da metade do salário dos homens brancos no Brasil. *El país*, São Paulo, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/politica/1573581512_623918.html>. Acesso em: 21 jan. 2021

MIZAEAL, Náide Cristina de Oliveira; GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. Construção da identidade negra na sala de aula: passando por bruxa negra e de preto fudido a pretinho no poder. *Revista Itinerarius Reflectionis*. Jataí, v. 11, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/38792>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MOREIRA, Walter. Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias para confecção. *Revista de Pesquisa Científica JANU*. Lorena, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/19/o/Revis__o_de_Literatura_e_desenvolvimento_cient__fico.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Estudos Avançados*. São Paulo, v 18, n. 50, jan/abr 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a05v1850.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. *Revista da ABPN*, Goiânia v. 4, n. 8: 06-14, jun./out. 2012. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/246/222>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NORONHA, D.P.; FERREIRA, Sueli Mara S.P. Revisões de literatura. CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, B.V.; KREMER, J.M., organizadores.

Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Aryanne Pereira de Oliveira; MATTOS, Amana Rocha Mattos. Identidades em transição: Narrativas de mulheres negras sobre cabelos, técnicas de embranquecimento e racismo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2: 445-463, mai./ago. 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/442833>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

QUEIROZ, Rafaela Cristina de Souza. Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*. Curitiba, v. 12, n. 40: 213-229, jul/dez 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9475/6467>. Acesso em: 23 fev. 2021.

RAUL, Jessica Mara. Mulheres negras e a luta por igualdade: por um feminismo negro decolonial. *Estudos de Sociologia*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 41: 291-302, jul/dez 2016. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/8663/6060>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento. 2017.

SANTOS, Sabrina Albuquerque. *Meu Black é Power! Uma abordagem sobre o orgulho crespo no Rio de Janeiro*. Monografia (Especialização). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34645/34645.PDF>>. Acesso em: 6 jan. 2021.

SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. Memórias da trajetória de luta e resistência dos movimentos de mulheres negras do Maranhão a partir do “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa”. *Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros*. São Luiz, v. 1, n. 1: 154-172, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/8632>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

VIANA, Pablo Moreno Fernandes; BELMIRO, Dalila Maria Musa. Gênero e raça na comunicação de marcas: a dimensão política do consumo sob uma perspectiva interseccional. *Revista Observatório*. v 5, n. 5: 855-889, Ago. 2019. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/index>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

XAVIER, Eliana Costa; ROCHA, Kátia Bones. Subjetividade e interseccionalidade: experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme. *Avances em Psicología Latino americana*. Bogotá, v. 35, n. 2: 267-282, 2017. Disponível

em:<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1794-47242017000200267&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 22 dez. 2020.